



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
04 DE DEZEMBRO DE 2018

N.º 26/2018

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.
Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles. -

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: Maria de Lurdes Araújo Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----

SUMÁRIO

	Pág.
I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	
1 – Requerimento apresentado pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles.....	4
2 – Informação do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado – Estrada Nacional 2.....	5
 II – ORDEM DO DIA	
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Proc. de Expropriação n.º 829/08.1 TBPRG Expropriados: José Augusto Monteiro Macedo e outros.....	6
2 – Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. – Aprovação dos Mapas de Turnos - ARS Norte - 2019	7
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
3 – Delegação de Competências – Informação do Presidente da Câmara Municipal.....	7
4 – Venda do Lote nº 15 da Urbanização da Massa – S. João de Lobrigos.....	8
Serviços de Tesouraria	
5 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 16 a 29 de novembro de 2018	9
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
6 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro – Requerente: Manuel Alberto Ermida Mesquita – Freguesia de Medrões.....	9
7 – Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência.....	11
8 – Legalização de Habitação unifamiliar e anexo – Freguesia da Cumieira – Requerente: António Manuel Milão Carvalho	13

h
1
\$

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Cultural

- 9 – Festa de Natal dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião
– Atribuição de Subsídio..... 16

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 10 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião 17



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Requerimento apresentado pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles

----- 1 – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou o seguinte requerimento: -----

----- “REQUERIMENTO -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), nos termos do Regimento da Câmara Municipal, em vigor, vem apresentar o presente requerimento, depois de tomar conhecimento por V. Ex.ª na Reunião da Assembleia Municipal, realizada no pretérito dia 30 de novembro de 2018, que **as Contas da Junta de Freguesia de Fontes foram penhoradas, pelo que vimos expor e requerer a V. Ex.ª o seguinte:** -----

----- 1. Durante o mês de agosto de 2013 foi entregue, por parte da empresa de construção civil, à Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião e à Junta de freguesia de Fontes – **O Pavilhão Polivalente Desportivo da Vila de Fontes;** -----

----- 2. Passado algum tempo verificou-se que as soluções adotadas, para alguns dos seus elementos construtivos não foram os mais adequados, com o surgimento de patologias graves, que a montante, impediram a sua utilização; -----

----- 3. A Junta de freguesia de Fontes perante tal situação recusou-se a proceder ao pagamento da tranche em falta, até que a situação estivesse regularizada pela empresa de construção civil. O que motivou o recurso à justiça por parte da empresa de construção civil. Tendo resultado na primeira instância uma decisão judicial favorável à Junta de Freguesia, já em sede de recurso junto do Tribunal de Guimarães o resultado foi desfavorável à Junta de Freguesia de Fontes, devendo esta pagar a dívida em falta, bem como as despesas judiciais e juros de mora; -----

----- 4. Em 28 de setembro de 2018, depois de termos conhecimento desta decisão final, o Grupo da Bancada do PSD na Assembleia Municipal propôs a atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de Fontes, com o intuito de aliviar a pressão financeira sobre a referida autarquia, tendo respondido o Sr. Presidente da Câmara que esta situação estaria já devidamente acautelada pelo Município. -----

u
\$

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 26 de 04 de dezembro de 2018

----- 5. Acontece, porém, que no final do mês de novembro de 2018, a Junta de Freguesia de Fontes é surpreendida com a Penhora às suas contas bancárias.-----

----- 6. Sendo apenas legalmente aceitável, que as operações de tesouraria sejam realizadas através das contas bancárias institucionais, e ficando sujeitos a penhora os valores relativos às transferências trimestrais do Fundo de Equilíbrio Financeiro, bem como as transferências do Município para esta Junta de Freguesia, estabelecidas em Protocolo Interadministrativo de transferência de competências, bem como transportes escolares e ainda no âmbito dos trabalhadores em programas ocupacionais. -----

----- Pelo exposto e para melhor esclarecimento público, colocamos a V. Ex.^a as seguintes questões: -----

----- O Sr. Presidente da Câmara tem conhecimento se a Junta de Freguesia pediu a suspensão do ato? -----

----- O Município irá assegurar as funções e serviços que foram delegadas na Junta de Freguesia de Fontes? -----

----- O Município irá assumir as responsabilidades financeiras da Junta de Freguesia de Fontes? Qual será globalmente esse valor? Quando será realizado o procedimento? -----

----- Pede deferimento, -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 04 de dezembro de 2018. -----

----- O vereador, Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

----- Ass: Daniel Teles." -----

Informação do Senhor Presidente da Câmara, Dr.

Luís Reguengo Machado – Estrada Nacional 2

----- 2 – O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, informou o restante Executivo Municipal que: -----

----- A Estrada Nacional 2 foi eleita como um dos 19 locais a visitar em todo o mundo em 2019, pela conceituada editora norte-americana de Guias Turísticos Frommer's e salientou que a EN2 é um dos 5 locais escolhidos na Europa e o único em Portugal. -----

----- Refere ainda que a editora explica que a EN2, que atravessa 35 municípios ao longo do seu

U,
f-

percurso, desenvolve-se através de paisagens "ásperas e pouco visitadas", passando por sítios que são património mundial da UNESCO, "montanhas selvagens, elegantes cidades termais, lagos intocados e uma cadeia de cidades históricas e aldeias fotogénicas". De realçar ainda que esta eleição foi feita por um conjunto de editores e escritores da Frommer's a nível mundial, elegendo alguns dos destinos a visitar em todo o planeta, quer por serem novas atrações, quer por terem atingido marcos importantes ou por serem segredos por descobrir. -----

----- Disse também que esta distinção vem refletir o trabalho que a Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 - AMREN- tem vindo a realizar ao longo dos dois anos de existência, atribuindo-lhe ainda mais compromisso e responsabilidade neste projeto. -----

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Proc. de Expropriação n.º 829/08.1 TBPRG

Expropriados: José Augusto Monteiro

Macedo e outros

----- 1 – Presente à reunião uma comunicação do Consultor Jurídico do Município, Dr. Cesário Mesquita Ferreira, no qual dá conhecimento que, por decisão do Tribunal da Relação de Guimarães confirmou a sentença do Tribunal do Peso da Régua, foram definitivamente fixados os valores das indemnizações devidas pela expropriação das parcelas n.ºs 5 e 7 da Zona Oficial de Santa Marta de Penaguião, respetivamente de 95.231€ e 79.384€, em que são expropriados os Senhor José Augusto Monteiro Macedo e outros. -----

----- Refere, ainda, que em função de decisão do Tribunal da Relação de Guimarães deve ser feito o pagamento aos expropriados da importância correspondente à diferença entre os valores já pagos, fixados pela primeira arbitragem de 56.955€ e 66.602,50€ respetivamente, ou seja de 51.057,50€. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

W
P

**Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. –
Aprovação dos Mapas de Turnos - ARS Norte - 2019**

----- 2 – Presente à reunião, para conhecimento, e-mail da Senhora Delegada de Saúde Regional do Norte, com o seguinte teor: -----

----- “Incumbe-nos o Senhor Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. de informar V. Ex.ª que a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., aprovou as escalas de turnos de serviço das farmácias do Vosso Município para o ano de 2019, enviadas a V. Ex.ª, por e-mail, cumprindo, desta forma, o determinado no número 4 do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2012 de 12 de setembro e respeitando as propostas formuladas pelas associações do setor. -----

----- Mais informamos que os mapas de turnos de serviço das farmácias, referentes à região Norte, estarão brevemente disponíveis no Portal da Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., em *Homepage – Banner - Farmácias - Mapas de turnos.* -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências - Informação
do Presidente da Câmara Municipal**

----- 3 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma, no mês de novembro.” -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas no período de 05 a 16 de novembro de 2018. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

U.
P.

**Venda do Lote nº 15 da Urbanização da
Massa – S. João de Lobrigos**

----- 4 – Presente à informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Na sequência da deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião de 6 de Novembro do corrente ano, no sentido de reversão do lote nº 15, destinado a construção urbana, sito na Urbanização da Massa – S. João de Lobrigos, foi celebrada a escritura de reversão no passado dia 14 de Novembro, a favor do Município. -----

----- O referido lote tem a área de 104m², sendo o valor de 25,00€/m² o que perfaz um valor total de 2.600,00€. -----

----- De acordo com o respetivo Regulamento a alienação dos lotes é feita por concurso público podendo candidatar-se ao mesmo quem estiver nas seguintes condições, por ordem de prioridade:

- a) Não possuir casa própria ou terreno apto à construção; -----
- b) Ser residente em S. João de Lobrigos há mais de 6 meses; -----
- c) Ser residente em qualquer freguesia do Concelho há mais de 6 meses. -----

----- Assim, leva-se o assunto ao conhecimento de V. Ex^a, sugerindo-se que o mesmo seja presente à reunião da Câmara Municipal a fim de esta deliberar proceder à venda do referido lote, por concurso público.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a abertura de concurso público para a alienação do Lote n.º 15, sito na Urbanização da Massa – S. João de Lobrigos, em conformidade com o disposto no “Regulamento de Venda dos Lotes de Terreno da Urbanização da Massa em São João de Lobrigos”, pelo valor de 2.600,00€ (dois mil e seiscentos euros).** -----

u,
f

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 26 de 04 de dezembro de 2018

Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 16 a

29 de novembro de 2018

----- 5 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 16 a 29 de novembro de 2018, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	29/11/2018
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		193 827,95	Despesas Orçamentais		5 931 359,11
Execução orçamental	92 951,81		Correntes	5 166 247,65	
Operações de tesouraria	100 876,14		Capital	765 111,46	
Receitas Orçamentais		6 022 001,52	Operações de tesouraria		381 540,70
Correntes	5 629 133,42		Saldo para o dia seguinte:		306 932,56
Capital	392 868,10		Execução orçamental	183 594,22	
Operações de tesouraria		404 002,90	Operações de tesouraria	123 338,34	
Total		6 619 832,37	Total		6 619 832,37

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo

54.º da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro – Requerente: Manuel

Alberto Ermida Mesquita – Freguesia de Medrões

----- 6 – Presente à reunião requerimento do Senhor Manuel Alberto Ermida Mesquita, na qualidade de herdeiro, da herança por óbito de Alberto Mesquita e Ana Julieta da Conceição Pereira, a

U1
P

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 26 de 04 de dezembro de 2018

solicitar a emissão de parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação, para efeitos de celebração de uma escritura de doação de um prédio. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos -----

----- 1. INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, o Sr. Manuel Alberto Ermida Mesquita, na qualidade de herdeiro, da herança indivisa por óbito de Alberto Mesquita e Ana Julieta da Conceição Pereira, solicitou o parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura de partilha de ¼ indivisos do prédio que passo a descrever: -----

----- Prédio rústico, sito no lugar de Fontelo, com a área de 1156,00 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 547-A, da freguesia Medrões, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 1020. -----

----- 2. PARECER -----

----- 2.1 Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no n.º 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

----- 2.2 Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo interessado e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

M

f

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 26 de 04 de dezembro de 2018

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
547-A	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Espaços Agrícola</i>

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa a ampliação de compartes no prédio rústico supra na proporção de 1/12 avos para cada um dos seguintes: Miliana da Glória Ermida Mesquita Sequeira, Filomena Maria Pereira Mesquita e Maria Luísa Pereira Mesquita. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de justificação, visando a ampliação do número de compartes no artigo 547-A, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à ampliação do número de compartes requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos.** -----

Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
(IMT) – Exercício do Direito de Preferência

----- 7 – Presente à reunião informação da Chefe de Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I - ENQUADRAMENTO NA LEI -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 26 de 04 de dezembro de 2018

U
P

----- Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 55.º do Código do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT), aprovado pelo Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 Novembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 211/2005, de 7 de Dezembro a Direcção-Geral dos Impostos disponibiliza, por via eletrónica, à câmara municipal da área da situação do imóvel a informação relativa às escrituras lavradas no mês anterior. -----

----- Neste contexto, os serviços técnicos procederam à consulta on-line ao modelo 1 disponível no site da Direcção Geral de Finanças referente ao mês de outubro, de 2018. -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 55º do supracitado Código, sob a epígrafe “*Direito de preferência de organismos públicos*”, pode ler-se “se, por indicação inexata do preço, ou simulação deste, o imposto tiver sido liquidado por valor inferior ao devido, o Estado, as autarquias locais e demais pessoas colectivas de direito público, representados pelo Ministério Público, poderão preferir na venda, desde que assim o requeiram perante os tribunais comuns e provem que o valor por que o IMT deveria ter sido liquidado excede em 30% ou em (euro) 5000, pelo menos, o valor sobre que incidiu”. -----

----- II - ANÁLISE DOS VALORES DE VENDAS E DO VALOR DE LIQUIDAÇÃO DO IMT -----

----- Da análise dos valores de venda declarados dos bens no espaço temporal em questão constatamos que os referentes aos prédios rústicos são extremamente baixos. -----

----- III - PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que atualmente a Câmara Municipal não tem programado estudos urbanísticos prévios para as áreas em que se localizam os inúmeros imóveis que constam da relação anexa nem dispõem de projetos de obras municipais aprovados ou em fase de elaboração, estes Serviços Técnicos são de entendimento que, a Câmara Municipal não deverá exercer o direito de preferência dos prédios que constam dos documentos anexos.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----

U.
P-

Legalização de Habitação unifamiliar e anexo

Freguesia da Cumieira

Requerente: António Manuel Milão Carvalho

----- 8 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- **I. INTRODUÇÃO** -----

----- Através do requerimento n.º 259/16, referente ao processo n.º 1/16, o Sr. António Manuel Milão de Carvalho, solicita pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada na legalização das obras de construção de um imóvel pré-existente, destinado a uma habitação unifamiliar e anexo, situada no Lote n.º 56, Loteamento cujo alvará é o 1/13 datado de 05/02/2013, resultante de uma AUGI (Áreas Urbanas de Gênese Ilegal) Bairro Novo, freguesia da Cumieira no concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

----- A Operação Urbanística em caso é ilegal por falta de emissão do Alvará conforme previsto no n.º 1 do artigo 74 do RJUE. -----

----- De acordo com a Certidão Permanente apresentada, o prédio urbano tem a área total de 540,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 1594, da freguesia da Cumieira. -----

----- O local é abrangido pela Zona Especial de Proteção ao Alto Douro Vinhateiro, classificada como Património da Humanidade, estabelecida pelo Aviso n.º 15170/2010, DR 2.ª Série, N.º 147, de 30 de Julho. -----

----- **II. ANTECEDENTES** -----

----- 05/02/2016 – Entrada de requerimento n.º 259/16 solicitando a “Legalização de uma Habitação Unifamiliar”. -----

----- 19/02/2016 – Informação técnica n.º 67/16 nos termos da qual foi solicitado parecer à DRCN. --

----- 21/03/2016 – Receção por parte da DRCN de parecer favorável condicionado à substituição do revestimento da cobertura do anexo, de chapa metálica por telha cerâmica. -

----- 26/04/2016 – Informação técnica n.º 195/16 nos termos da qual foi solicitado ao requerente a entrega de documentos em falta. -----

----- 17/01/2018 – Entrada de requerimento n.º 137/18 solicitando fazendo a apresentação dos documentos solicitados na informação técnica n.º 195/16. -----

----- 01/03/2018 – Informação técnica n.º 73/18 nos termos da qual foi proposta Vistoria ao imóvel.

U1
f-

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 26 de 04 de dezembro de 2018

----- 09/03/2018 – Realizada Vistoria n.º 5/18 cuja Comissão foi do parecer que a habitação está conforme o projeto apresentado, não tendo sido efetuada a alteração proposta pelo parecer emitido pela DRCN de substituição do revestimento da cobertura do anexo, de chapa metálica por telha cerâmica, resultando parecer no sentido de o requerente efetuar a substituição do revestimento da cobertura do anexo atrás referida, para a legalização do edifício. No restante, o edifício encontra-se em bom estado de conservação, não necessitando de obras de conservação interiores ou exteriores. -----

----- 06/04/2018 - Entrada de requerimento n.º 819/18 informando que a substituição de chapa metálica por telha cerâmica foi realizada conforme solicitado na informação técnica n.º 118/18. -----

----- 25/04/2018 – Foi confirmada pelo Fiscal Municipal a substituição chapa metálica por telha cerâmica. -----

----- III. SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR -----

----- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º 4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) e artigo 23º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Santa Marta de Penaguião. -----

----- IV. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----

----- 4.1. No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação -----

----- O pedido apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.-Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec. Lei nº 136/2014, de 9 de Setembro, por se tratar da legalização das obras de construção de um imóvel pré-existente, destinado a uma habitação unifamiliar e anexo, situada no Lote n.º 56, Loteamento cujo alvará é o 1/13 datado de 05/02/2013, resultante de uma AUGI (Áreas Urbanas de Génese Ilegal). -----

----- 4.2. Nos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor -----

----- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal (revisão publicada através de Aviso n.º 779/2011 de 7 de Janeiro), o prédio urbano está inserido em “Espaços Predominantemente Habitacionais de Nível II” e está ainda em local abrangido pela Z.E.P. Alto Douro Vinhateiro, Aviso n.º 15170/2010, DR 2.ª Série, n.º 147, de 30 de Julho. -----

----- 4.3. Nos Regulamentos Municipais -----

----- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 21.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----

u
f

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 26 de 04 de dezembro de 2018

---- ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

---- 5.1. Verificação de Parâmetros Urbanísticos -----

Área do Total do Terreno (m2)	Área de Implantação (m2)	Área Bruta de Construção (m2)	Uso	N.º de Pisos	
				Abaixo Cota Soleira	Acima Cota Soleira
540,00m2	109	241	Habitação Unifamiliar	1	1

---- A proposta cumpre o disposto no Regulamento e Planta Síntese do Loteamento com o alvará n.º 1/13 datado de 05/02/2013. -----

---- 5.2. Conformidade com os Instrumentos de Gestão Territorial – PDM -----

---- Disposições Comuns: -----

---- A. Relativas à Edificabilidade: -----

---- Art.º 14 “Condições de edificabilidade” -----

---- Alínea a) do ponto 1: N.º de pisos 2 - Cumpre; -----

---- Alínea b) do ponto 1: Dimensão da profundidade do lote > 20m – Cumpre; Alínea c) do ponto 1:

---- Alínea d) do n.º 1: Largura mínima da via pública > 4m – Cumpre; -----

---- Alínea e) do n.º 1: O local é servido por infraestruturas de saneamento – Cumpre; -----

---- Art.º 15º “Forma do lote”: Não se aplica; -----

---- Artigo 16º “Condicionamentos estéticos ou ambientais”: Não se aplica; -----

---- B. Qualificação do solo urbano – Espaços Predominantemente Habitacionais de Nível II - (Artigo 50º) -----

---- Alínea a) do n.º 2: Alinhamentos dominantes – Não se aplica; -----

---- Alínea b) do n.º 2: Altura máxima da fachada 5,3m < 9m – Cumpre; Alínea c) do n.º 2: Não se aplica; -----

---- Alínea e) do n.º 2: índice de utilização 0,8 < 0,9 – Cumpre; Área de impermeabilização 0,67 < 70% - Cumpre. Alínea g) do n.º 2: Profundidade dos edifícios para habitação e serviços 9,20m < 16m – Cumpre. -----

---- 5.3. Análise do Pedido à luz do artigo 102-A do Decreto-lei 555/99 de 16 de Dezembro, com redação conferida pelo Decreto-lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE) -----

W
\$-

----- Operação Urbanística Ilegal: Falta de emissão do Alvará conforme previsto no n.º 1 do artigo 74º do RJUE. -----

----- VI. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e Secção I do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

----- a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo; ---

----- b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a legalização de habitação unifamiliar e anexo, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----
O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, ausentou-se na discussão e votação deste ponto. -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO,
AÇÃO SOCIAL E TURISMO
Serviço da Cultura**

**Festa de Natal dos Trabalhadores da
Câmara Municipal de Santa Marta de
Penaguião – Atribuição de Subsídio**

----- 9 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

Vh

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 26 de 04 de dezembro de 2018

----- “O Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião é sem dúvida um veículo de parceria extremamente importante para a política de bem-estar que este executivo defende para todos os seus colaboradores. -----

----- Neste sentido, e há semelhança do que sempre se fez, o C.C.D. está a organizar o almoço de natal para todos os colaboradores desta casa, bem como a aquisição de lembranças natalícias para os seus dependentes. -----

----- Considerando que as quotas não são suficientes para cobrir todas as despesas, solicita uma comparticipação financeira de quem gere o Município, para ajudar a fazer face às despesas inerentes a estas ações natalícias.” -----

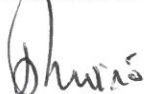
----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira até ao montante de 5.000,00€ (cinco mil euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental.** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 10 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Araújo Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:15 horas. -----

A Coordenadora Técnica,



(Maria de Lurdes Araújo Ribeiro Moreira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)